ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

CIDADES SAUDÁVEIS, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: (RE)SIGNIFICAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID19 NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DO DFGOMES, MARIA VITÓRIA RIBEIRO

LEMOS, Natália
(lemos.natalia@gmail.com)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (FAU/UnB), Brasil

ANDRADE, Liza
(lizamsa@gmail.com)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (FAU/UnB), Brasil

BOSSAERTS, Lara
(larabossaerts@homail.com);
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (FAU/UnB), Brasil

MARTINS, Alice
(aliceregina8@gmail.com)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (FAU/UnB), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:

Circuito curto de alimento, CSA, sistema alimentar, continuum rural-urbano, planejamento territorial

RESUMO

A necessidade de lidar rapidamente com as mudanças de acesso ao alimento em áreas urbanas periféricas durante pandemias condiciona uma insegurança alimentar. Caso, as cidades fossem saudáveis, em equilíbrio com o sistema alimentar, as perturbações de fome teriam impactos minimizados pelos aspectos socioespaciais. Pela Carta de Ottawa (1986), a cidade saudável enfatiza a função sistêmica da saúde indissociável da política, da visão ecossistêmica transdisciplinar, da complexidade, da participação social e da equidade no território de ação. No urbanismo, a cidade saudável sugere soluções no planejamento territorial e nas condições de sobrevivência humana. O objetivo do trabalho é construir um mapa com as localidades da produção e da distribuição de alimentos agroecológicos pelas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) que abastecem o consumo na escala local e regional, pela venda direta do produtor ao consumidor no Distrito Federal - DF. Outro objetivo é constatar se existe uma soberania alimentar das populações das áreas periféricas e periurbanas no enfrentamento a Covid19, pelo modo em que as CSAs se espacializam no território do DF. Os mapas foram executados no *software* livre QGis 2.14.8 – ESSEN que promove visualização, edição e análises de dados vetoriais (*shapes*) georreferenciados, extraídos do banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) no *website* Geoportal-DF e da Rede CSA Brasília. Os resultados analisados a partir dos mapas produzidos revelam que os circuitos curtos não atendem as áreas periféricas e que o rural atende o urbano, transpondo o periurbano. Também apontam que a soberania alimentar não é alcançada pelas populações periféricas e periurbanas por meio das CSAs.

1. INTRODUÇÃO

A construção de Cidades Saudáveis requer indivíduos comprometidos com a participação social em prol do bem comum. De acordo com Soares et al. (2017), tais cidadãos estão envolvidos no seu contexto de vida e com as determinações sociais de saúde no lugar que habitam, para a prevenção de doenças e melhorias da qualidade vida comunitária, autônoma e solidária previstas pela Lei de 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

As ações em prol da promoção da saúde ganham ênfase com Cidade Saudável à medida que seu planejamento se torna uma demanda. Essa demanda é justificada pela expansão urbana e populacional demarcadas pela extensão física e fragmentada dos assentamentos humanos envoltos em problemas da produção do espaço (demanda por infraestrutura básica de saneamento, equipamentos e serviços, habitação), categorizada pelo planejamento distante da escala local e regional do território.

A *United Nations - UN* (2020) expõe que a produção e distribuição de alimentos poderiam sofrer interrupções na escala global, mas afirma que o alcance mais intenso no período da pandemia está em manter o circuito curto de abastecimento, o qual se pratica por razão de um raio próximo de até 70 km entre áreas produtoras e as comunidades de abastecimento.

As redes globais de produção de alimentos não garantem a soberania alimentar em respostas ao enfrentamento da crise gerada pela pandemia da Covid19. Se prolongada, a crise da pandemia no tempo, rapidamente as redes globais de alimentos proverão pressões sobre as cadeias de suprimentos alimentares e sua complexa rede de interações agrícolas. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO/UN (2020), as redes globais de alimentos devem ser direcionadas por parâmetros de expansão e melhoria dos programas emergenciais de assistência alimentar e de proteção social; apoio aos pequenos agricultores e respectivo aumento de produtividade e comércio de alimentos produzidos, também por comércio eletrônico; manutenção da vida da cadeia alimentar por gargalos de logística; políticas comerciais e tributárias para manter o comércio global aberto; e por fim o gerenciamentos das ramificações macroeconômicas.

De acordo com Brasil (2014), no documento "Guia Alimentar do Ministério da Saúde", o alimento benéfico na saúde tem nos alimentos *in natura*e minimamente processados a base nutricional promotora de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável. A ameaça de interrupção dos sistemas de alimentos urbanos pela Covid19 evidencia a falta de capacidade adequada para responder a emergência de saúde. A FAO/UN (2020) afirma que o risco maior são os 1,2 bilhões de habitantes em assentamentos informais, embora a perturbação seja global. O desafio está na obrigação de lidar rapidamente com mudanças na disponibilidade e acessibilidade do alimento em áreas urbanas periféricas, que condicionaria uma alimentação insegura e pouco nutritiva pela compra restrita a poucas quantidades em mercados atacadistas periféricos.

No contexto da pandemia da Covid19, tais questões são relevantes ao verificar a necessidade imediata ao enfrentamento das mudanças de acesso ao alimento em áreas urbanas periféricas e condicionantes de insegurança alimentar. Ao adequar a cidade no modo saudável, em equilíbrio com sistema alimentar local-regional, perturbações de fome seriam minimizadas por aspectos socioespaciais. Na direção do sistema alimentar, a agroecologia aborda algumas conexões transitórias à disponibilidade do alimento saudável e sustentável com impacto positivo em aspectos da soberania alimentar. Ao urbanismo, sugere a necessidade de soluções do planejamento territorial direcionadas para a sobrevivência humana por meio dos serviços e ações de saúde.

No grupo dos eventos decorrentes da pandemia da Covid19, diversos estabelecimentos alimentares (restaurantes, padarias, lanchonetes etc.), atacadista e varejistas do gênero alimentício (redes de hipermercados e de atacados) e outros pontos de suprimento alimentar (redes de distribuição no mercado global, regional e local) sofreram interrupções de funcionamento ou limitações de fornecimentos de produtos para preparo de refeições para abastecer o consumo local. Diante disso, soluções de entrega domiciliar das mercadorias, mesmo não previamente existente, passaram a ser adotadas com recursos improvisados conforme as possibilidades momentâneas.

O inusitado fenômeno da pandemia da Covid19, tanto pela sua universalidade como inevitabilidade no contexto social ocasionou drásticas e profundas rupturas nas cadeias de suprimento alimentar, tanto pela insegurança como pela carência de produtos ou recurso para compra destes. Tal fato, demandou socorro e atenção em ações de política pública (programas de aquisição de alimentos), de solidariedade e colaboração. Independente das características e grau de êxito, o conjunto de medidas adaptadas e experimentadas por certo merece registros e análises desde mapeamentos, catalogação, construção de repertórios de intervenções úteis e replicáveis em outros territórios ou contextos a serem identificados.

2. OBJETIVO

O objetivo é mapear as localidades da produção e distribuição alimentar de base agroecológica dos produtores do Distrito Federal - DF associados com as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), que abastecem o consumo na escala local e regional, pela venda direta do produtor ao consumidor. Em especial, no cenário pandêmico, busca verificar se tais circuitos curtos por CSA denotam um enfretamento a Covid19 nas regiões periféricas e periurbanas do DF, também se alcança soberania alimentar das populações em vulnerabilidade alimentar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi estruturada em duas etapas para produzir alguns mapas em *softwares* específicos de georreferenciamento e processamento de dados espacia-

lizados. A primeira etapa estrutura o levantamento dos referenciais teóricos das temáticas relacionadas, das bases de dados nos órgãos públicos do DF: a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (SEAGRI/DF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/DF), as Centrais de Abastecimento do DF (CEASA/DF) e da Rede CSA Brasília. Também incorporou dados do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA/UnB). Nos órgãos públicos, houve uma solicitação pelo portal do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), pois ele permite pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital.

A segunda etapa consistiu na produção dos resultados da pesquisa por meio de mapas. A execução dos mapas foi realizada no *software* QGIS 2.14.8 - ESSEN, um *software* livre que permite visualização, edição e análise de dados georreferenciados (QGIS, 2019). Para as delimitações de análises dos dados, as porções do território foram incorporadas por vetores (*shapes*) georreferenciados do zoneamento territorial do DF. Tais vetores foram extraídos do banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), acessíveis abertamente no *website* GeoPortal – DF.

A partir dos dados da Rede CSA Brasília, inseriu-se as localizações das CSAs por coordenadas geográficas do local da produção e do local de convivência. A inserção das localizações foram espacializadas em SIRGAS 2000, através de um Sistema de Informações Geográficas, processadas no QGIS: as coordenadas geográficas dos pontos foram determinados com uso da ferramenta (*plug-in) LatLon Tools*. Essa ferramenta facilita a captura das coordenadas UTM padrão e dos códigos *Plus*, a partir das ferramentas de mapeamento *online* - *Google Earth* e *Google Maps*, uma vez que tem uma flexibilidade de projeção e formato de coordenadas para entrada e saída.

4. CIDADES SAUDÁVEIS, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO COMBATE A COVID19 NO ÂMBITO DA ALIMENTAÇÃO

A cidade saudável é associada a um território saudável constituído por formas de promoção da saúde e qualidade de vida tanto pelos cuidados primários apresentados na Declaração de Alma Ata (1978), como pela visão sistêmica da saúde colocada na Carta de Ottawa (1986). Acerca da visão de cidade saudável, Mendes (2000) atenta que o referencial publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) legitima a adoção da cidade saudável diante de análises da situação social (níveis de pobreza e informalidade econômica), instabilidade política, debilidades sociais e insuficiência institucional para as questões. Para a OPAS e a OMS, a cidade saudável é uma política de saúde pela ação governamental e comunitária a fim de fomentar alianças de melhoria da saúde da cidade e do ambiente. Dessa forma, a cidade saudável tem enfoque participativo e intersetorial fundamentada nas redes regionais e locais com vistas

ao intercâmbio de produtos, tecnologia, serviços e informação pela gestão governamental local e com alternativas de gestão pública.

A noção de cidade saudável pode ser atribuída aos autores Duhl (1986) e Mendes (1996). Pelo primeiro autor, trata da cidade que responde efetivamente as necessidades de desenvolvimento das organizações e das pessoas; que seja capacitada para lidar com as crises dos sistemas e seus respectivos membros, que tenha habilidade de modificar para atender exigências emergentes; e que eduque a população para usufruir das vantagens no seu bem-estar. Com o segundo autor, adiciona o entendimento de que corresponde a um projeto estruturante no campo da saúde por ações de atores sociais (governo, sociedade civil e organizações não governamentais), em prol da gestão social transformadora da cidade em espaço da produção social da saúde. Tudo isso tem conversão para cidade saudável, se as tomadas de decisões focarem na saúde como qualidade de vida, ao combinar recursos e compromissos, constantemente verificados em sua execução.

No Brasil, a questão da alimentação e os cenários da pandemia da Covid19 de imediato fecharam os serviços de alimentação preparados para oferta e consumo local (restaurantes, bares, cafés, padarias e congêneres), o funcionamento dos estabelecimentos passou a ser exclusivo por sistemas de entregas domiciliares. Outros estabelecimentos do setor, como hiper e supermercados, mercados e feiras livres operaram durante os períodos críticos com maiores restrições e recomendações sanitárias de prevenção da contaminação viral. As feiras tiveram muitas proibições de funcionamento e medidas sanitárias mais restritivas que aumentaram o distanciamento entre as barracas e entregas domiciliar por *drive-thru* (IICA, 2020).

A diversidade de soluções provisórias e emergenciais buscou minimizar prejuízos materiais e financeiros, perda de colheitas e a manutenção dos sistemas alimentares sob condições básicas e essenciais. O destaque foram as plataformas eletrônicas que conectaram produtores, grupos, associações, cooperativas diretamente com o consumidor. Diante disso, se observamos as ações de enfrentamento a Covid19 no Brasil, verifica-se que essas estabelecem algum diálogo com as ações em prol da cidade saudável. Essas ações trataram das estruturas capacitadas a responder as necessidades alimentares das pessoas. As respostas ocorreram por ação social e governamental, entretanto a ação social foi mais enfática e emergente nas estruturas modificadas para as exigências emergenciais da pandemia e da alimentação, especialmente nas situações de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

4.1 AÇÕES PARA A ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL NO ENFRENTAMENTO DA COVID19

Ao cenário pandêmico da Covid19, algumas questões são apontadas nos estudos de Canavesi et al. (2020) sobre a atuação da União e do Distrito Federal voltada para o acesso da população a alimentos saudáveis e sustentáveis em 2020, também sobre relação da produção de agricultores locais e a economia local no abastecimento interno de alimentos. No caso do território do DF, as políticas públicas nacionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram reajustadas na direção de acudir a crise e

operar em nível distrital com êxito. Em nível local, o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura/PAPA-DF (SEAGRI, 2020) foi significativo no enfrentamento da crise ao longo dos anos de 2020/21 com a oferta de possibilidades diversificadas para a compra de alimentos.

Para ilustrar o contexto socioeconômico do território do DF, a figura 1 apresenta o mapa do índice de risco Covid19 nas Regiões Administrativas (RAs). Esse mapa foi sistematizado, de modo científico, pela Pesquisa "Ocupações Informais e Direito à Água e Saneamento: mapeamento, dimensionamento e diretrizes para o suprimento hídrico emergencial", realizada em 2020 pelo Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes", da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. A figura 1 destaca a maior expansão do risco Covid19 no centro (Plano Piloto) e nas RAs do seu entorno imediato (áreas na cor vermelho bordô). A situação sobre as RAs predomina em risco Covid19 médio (escala tonal do alaranjado). A questão agrava na relação com as ocupações informais localizadas nessas RAs, uma vez que a distribuição desigual de renda é potencializada pela renda informal e pelas vulnerabilidades socioeconômicas das condições de vida e habitabilidade (saneamento, moradia e alimentação).

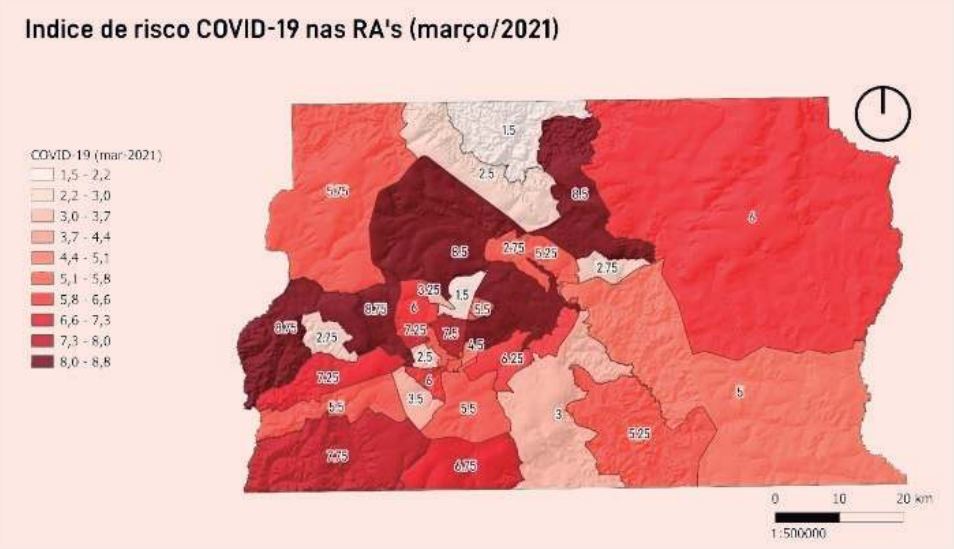

Figura 1. Mapa de Índice de risco Covid19 nas RAs do DF.
Fonte: Vinícius Rezende.

Canavesi et al. (2020) verificaram que a Diretoria de Compras Institucionais da SEAGRI/DF abriu a Chamada Pública nº 001/2020 com seleção de Proposta Técnica de Venda para adquirir cestas de alimentos (frutas, verduras e legumes), produzidos pela agricultura familiar do DF, a fim de atender a emergência das famílias em vulnerabilidade alimentar. Com isso, o Governo do Distrito Federal (GDF) liberou um valor de R$ 1.999.995,34 para agricultores familiares urbanos e rurais e as respectivas organizações, empreendedores familiares rurais, beneficiários da reforma agrária e comunidades e povos tradicionais. Tal fato expressa a retomada de políticas públicas por formatos emergências com impactos registrados após as respectivas execuções.

Pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015 (CAISAN, 2011), a relação entre insegurança alimentar e renda interfere diretamente nas condições de vida das pessoas, ou seja, as situações de pobreza extrema não são dissociadas das severas situações de insegurança alimentar e nutricional. Na conjuntura da pandemia, tais desigualdades se agravaram, a sociedade organizada por movimentos, redes sociais e instituições protagonizou ações solidárias potentes e abundantes relacionadas com a produção agroecológica.

No DF, algumas iniciativas solidárias combinadas aconteceram com finalidade de atender as necessidades alimentares das populações vulneráveis e aos agricultores que sofreram alguma dificuldade em comercializar suas produções. Alguns exemplos são: o Mutirão do Bem Viver e as duas Cozinhas solidárias do Movimento dos trabalhadores Sem Teto - MTST, uma em Planaltina e outra em Sol Nascente, na Ceilândia.

5. OS CIRCUITOS CURTOS DE ABASTECIMENTO COM PRODUÇÃO DA AGROECOLOGIA E A SOBERANIA ALIMENTAR

Os circuitos curtos de abastecimento alimentar atendem à demanda de mercados, nos quais produtores e consumidores participem de modo ativo, com poder de decisão e retorno econômico, sem a necessidade de intermediários. As características dos circuitos curtos se dão por aspectos de organização da produção associados às especificidades de um território; menor número de intermediários; predomínio das relações nos mercados regionais e locais; qualidade do alimento por sua origem. Em seu rol de experiências preexistentes à crise da pandemia, por demanda de consumidores conscientes e sensíveis nas questões socioambientais e atentos as questões da saúde e bem-estar, ganharam maior relevância nas articulações e valorizações da cadeia do sistema alimentar conectoras do rural com o urbano.

As produções alimentares agroecológicas são oriundas das pequenas unidades familiares locais, menos intensivas no uso dos recursos naturais e isentas da utilização de insumos químicos. As feiras agroecológicas, os programas de entregas de cestas alimentares e os grupos de consumo responsável, conforme Gonçalves e Mascarenhas (2017), e as cestas das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) alinham no espaço os circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar.

A produção de alimentos no DF tem um crescimento anual de 34%, Gomes (2017) afirma que aproximadamente são 8.200 toneladas de orgânicos em hortaliças e frutas, a produção ocorre em mais de 200 propriedades cadastras ou certificadas com selo orgânico, as feiras são por volta de 51 distribuídas no DF, os benefícios atingem entorno de 45 mil pessoas, economicamente são em torno 35 milhões de reais por ano. Em conseqüência do enfretamento sanitário a Covid19, o GDF sancionou o Decreto nº 40.529 de 14/03/2020 que suspendeu feiras agrícolas e os efeitos foram diretos na agricultura familiar sustentada pelos circuitos curtos de abastecimentos, logo eles exigiram adaptações rápidas para reduzir as perdas dos produtos.

Dentre esses produtos, a maioria é distribuída por circuitos curtos com as cestas agroecológicas em domicílio através das CSAs. Elas reconectam o urbano e o rural pelo senso de cooperação, comunidade e justiça social com ação de escoamento dos alimentos agroecológicos. Assim, surge o compromisso de não ser somente consumidor, mas ser um coagricultor que contribui no ciclo de valorização da produção local e da sustentabilidade na produção pelo conhecimento do ciclo dos alimentos ao longo do ano, as melhores épocas de oferta e a consciência do lugar de onde vem o alimento.

Notórios durante a pandemia da Covid19 no DF, esses circuitos curtos de abastecimento estabeleceram televendas e pontos específicos de entrega como forma de escoar os produtos. As CSAs inseridas na Rede CSA Brasília alteraram os pontos de convivência para pontos de entrega, nisso ocorreu à atuação conjunta dos coagricultores e agricultores. O resultado foi o crescimento da demanda por produtos das CSAs, pois existia uma relação certeira de soberania alimentar garantida pela segurança afetiva na entrega e troca de alimentos. Costa (2020) coloca que os produtores orgânicos do DF organizaram 36 locais de distribuição de alimentos comercializados em automóvel ou por entrega domiciliar, os quais tiveram apoio da extensão rural da EMATER, por meio da Associação de Agricultura Ecológica do DF (AGE-DF).

De acordo com a Rede CSA Brasília, em 2020, o total de CSA no DF é 35 comunidades. Cada CSA é única e possui funcionamento específico justificado no perfil das famílias de agricultores e coagricultores, no tipo de produção, no ponto de convivência e na colaboração dos coagricultores. A figura 2 mostra a linha temporal das CSAs na Rede CSA Brasília. Por ela, constata-se que os anos de 2016, 2018 e 2019 foram os anos de maior expansão. Para 2020-21, verifica-se a necessidade de levantamento a fim de constatar uma possível expansão em conseqüência da Covid19. A Rede atenta para a produção agroecológica planejada e fundamentada na variedade de alimentos, em razão do calendário sazonal de Brasília.



Figura 2. Linha temporal das CSAs em Brasília.
Fonte: Rede CSA Brasília.

Uma questão intrínseca nas cadeias de abastecimento de alimentos, principalmente na visão de sistemas alimentares é a segurança e soberania alimentar. Uma confusão permeia entre os conceitos, pois subentende que a segurança seja aplicada nas relações escalares (local, nacional e mundial) das estratégias que asseguram alimentação permanente à população. Quanto à soberania alimentar, o consenso é que envolve algum grau de segurança e soberania nacionais intimamente interligadas com a comercialização.

Por isso, a definição exata dos conceitos se torna ampla e complexa. Respeitando tais pontos, a pesquisa compreende soberania alimentar quanto às possibilidades em que as pessoas definem seus consumos alimentares em razão da autossuficiência por acessos de entrada dos produtos em mercados, redes comunitárias locais, plantios de subsistência, circuitos de abastecimentos e outros. Portanto, entende que soberania alimentar, na sua forma primária de alcance, não se relaciona com a comercialização, promoção de políticas comerciais, mas sim nos apoios aos acessos diretos a alimentos seguros, saudáveis e sustentáveis com qualidade nutricional para suprir carências alimentares nas situações de vulnerabilidade alimentar.

6. RESULTADOS

No cenário apresentado, a pesquisa examinou a soberania alimentar pelo abastecimento proveniente das CSAs enquanto objeto do circuito curto. Em consideração ao território do DF, a pesquisa integrou as questões de planejamento por meio do zoneamento do uso e ocupação do território, observando a divisão territorial conforme a porção urbana (zona urbana consolidada, zona urbana de uso controlado I e II, zona urbana do conjunto tombado, zona urbana de expansão e qualificação), a rural (zona rural de uso controlado, zona rural de uso diversificado) e a ambiental (macrozona de contenção urbana, lagos e barragens), definidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT).

A figura 3 apresenta essas porções no contexto da macrozona urbana, macrozona rural e macrozona de proteção integral com a sobreposição dos locais da CSAs no DF. A análise da localização das CSAs expõe que os locais de produção (pontos de produção) concentram-se na Macrozona Rural do território do DF, em alguns casos nas proximidades dos limites da Macrozona de Proteção Integral. Isso demonstra a necessidade de estabelecer uma relação sistêmica com o meio natural em razão da produção agroecológica direcionada para os produtores que potencializam a reversão de impactos.

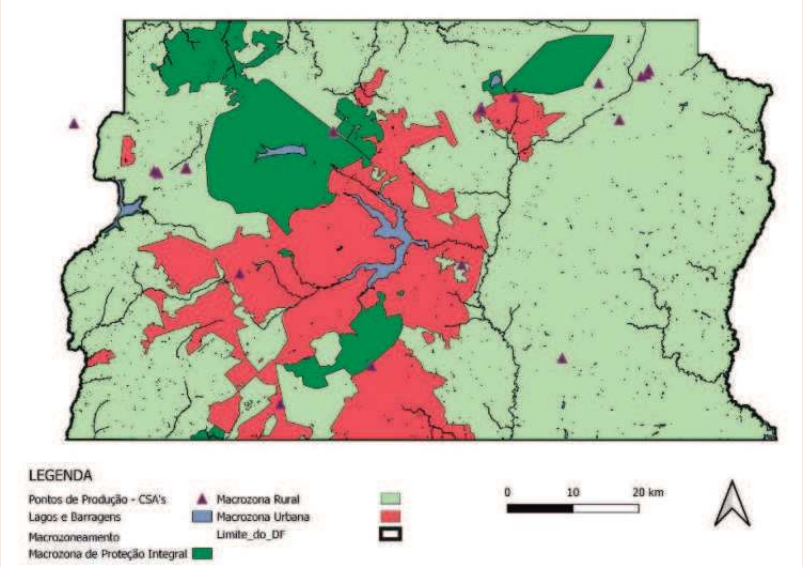

Figura 3. Macrozonas do território do DF e a localização das CSAs.
Fonte: Lara Bossaerts.

A figura 4 aponta os pontos de convivência (locais de entrega e distribuição de alimentos da CSAs) estão concentrados no Plano Piloto (Zona Urbana do Conjunto Tombado), sendo assim, constata-se que os fluxos dos circuitos curtos por CSAs provem das regiões periurbanas e periféricas para o centro urbano.

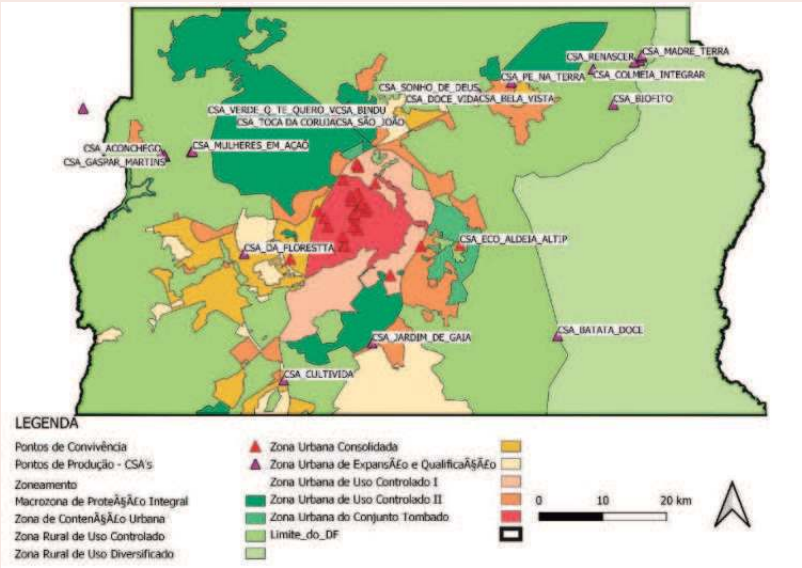

Figura 4. Distribuição do abastecimento alimentar pelas CSAs no macrozoneamento do DF.
Fonte: Lara Bossaerts.

A relação com a soberania alimentar se firma sobre uma contradição no fato de que as CSAs entregam alimentos de alta qualidade nutricional na macrozona urbana do território, região de maior poder econômico, e não se relacionam com as regiões periurbanas e periféricas do território do DF por falta de pontos de convivência. Isso inviabiliza o atendimento das populações em vulnerabilidade alimentar nessas regiões, uma vez que necessitam se deslocar ao Plano Piloto para ter acesso

aos alimentos das CSAs. Torna-se claro que o significado de soberania alimentar em situações de normalidade, tem sua fundamentação justificada e adequada.

Em cenários críticos, todas as etapas estão em processos de reconfiguração, assim sendo, atribuir um (re)significado somente ocorre quando a crise termina. As relações com o território e os acessos alimentares são evidentes nas relações criadas entre produtores e consumidores. Essas relações são irrestritas somente a produção e devem fundamentar os (re)significados, questionando "Soberania alimentar para quem? De que modo? Qual o seu alcance?". Em muitos aspectos, as incertezas são muitas e diferentes entre si, especialmente para os grupos que estão envolvidos nas etapas do abastecimento alimentar. Portanto, os (re)significados serão fundamentos quando todos os cenários estiverem colocados, a fim de que as análises possam ser estruturadas a partir de toda a complexidade experimentada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que a análise gerada nesta pesquisa revelou uma necessidade de (re)significação da cidade saudável e da soberania alimentar para enfrentamento da Covid19 nas regiões periféricas do DF, bem como de situações pandêmicas, e em particular pelos agentes da cadeia de abastecimento do sistema alimentar manifesto na cidade. No âmbito territorial, revelou o distanciamento entre as políticas públicas de saúde, o planejamento territorial e os agentes do sistema alimentar para alcançar as regiões e populações em maior vulnerabilidade alimentar. Os resultados alcançados expandem interesses e oportunidades de pesquisas teóricas, práticas e estruturais para desenvolver oportunidades estratégicas da cidade saudável e da soberania alimentar no planejamento territorial urbano, rural e ambiental.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica (2014). Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. (2011). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012-2015. Brasília: CAISAN. Disponível em: http://www.mds.gov. br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Estadual/3Plano_Estadual_DF.pdf.

Canavesi, F.; Laranjeira, N.; Dourado, B.; Abreu, I.; Souto, M.; Santos, L.; Alzate, C.; Pagani, F.. (2020). Relocalização de Sistemas Agroalimentares e Análise da Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Ações Públicas no Distrito Federal – Brasil. In: Políticas alimentarias para a sustentabilidade. ISBN 978-84-09-21743-4.

Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. (1986). Carta de Ottawa. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. As cartas da pro-

moção da saúde. Brasília: 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf.

Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários De Saúde (1978). Declaração de Alma-Ata. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. As cartas da promoção da saúde. Brasília: 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf.

Costa, R.. (2020). Para garantir abastecimento e renda, agricultores criam pontos de *drive-thru* com apoio da Emater. [S. l.]: ASCOM -EMATER - DF, 31 mar. 2020. Disponível em: http://www. emater.df. gov.br/para-garantir-abastecimento-e-renda-agricultores-criam-pontos-de-drive-thru-com-apoio-da-emater/.

Duhl, L. J. (1986). The healthy city: its function and its future. Health Prom. p.55-60.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2020). Cities And Local Governments At The ForefrontIn Building Inclusive And Resilient Food Systems Key Results From TheFAO Survey "Urban Food Systems And Covid-19". Rome: FAO.

Gomes, M. (2017). Consumo de orgânicos cresce 34% no DF e movimenta R$ 35 milhões. Correio Braziliense, 5 jun. 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia /2017/06/05/internas_economia,600126/cresce-o-consumo-de-organicos.shtml.

Gonçalves, J.; Mascarenhas, T. (2017). As várias faces do sistema alimentar e a experiência da Rede Brasileira de Consumo Responsável. In: Gonçalves, J.; Mascarenhas, T. (Org.). Consumo responsável em ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. São Paulo: Instituto Kairós. p.71-87.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (2020). Ferias libres con servicio drive-thru para venta de frutas y verduras en Brasil. San Jose, Costa Rica.

Mendes, E.V. (1996). Uma agenda para a saúde. São Paulo: HUCITEC.

Mendes, R.. (2000) Cidades saudáveis no Brasil e os processos participativos: os casos de Jundiaí e Maceió. (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.São Paulo, Brasil.

UNITED NATIONS. (2020). Shared Responsibility, Global Solidarity: responding to the socio-economic impacts of COVID-19. Disponível em: https://www.un.org/sites /un2.un.org/files/ sg_report_ socio-economic_impact_of_covid19.pdf

Soares, B. R., Costa, N. M.; Lima, S. C.; Costa, E. M. (2017). Cidades saudáveis: notas introdutórias. In: Soares, B. R. et al. (Org). Construindo cidades saudáveis: utopias e práticas. Uberlândia: Assis Editora, 2017. (Série Cidades Saudáveis). v.II, p. 21-31.